

Guerra na Ucrânia vai mexer com preços, da gasolina ao pão francês

Rodrigo Lopes/Wikicommons



Consequências nocivas à economia brasileira e mato-grossense são esperadas após a invasão da Rússia à Ucrânia, que teve início na noite de quarta (23). A dimensão dos impactos ainda é incerta, mas a expectativa é que devam se estender ao longo dos próximos meses. A avaliação do economista Vivaldo Lo-

pes é que o primeiro impacto será nos preços do gás, gasolina e diesel, que vão aumentar, disseminando a carestia por outros setores da economia. Os agricultores também devem sentir os efeitos, pois Rússia, Ucrânia e Bielorrússia são grandes exportadores de fertilizantes

PÁG. 8

STF devolve presidência a Botelho

Gilberto Leite



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o retorno imediato do deputado Eduardo Botelho (União Brasil) à presidência da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. A decisão, em caráter liminar, foi proferida na quarta-feira, 23 de fevereiro. Moraes apontou que a Suprema Corte tem considerado como válidas as eleições ocorridas no prazo de até um ano após a publicação do acórdão da ADI 6524, em abril do ano passado, já que o posicionamento é novo. A decisão vem exatamente um ano após Botelho ter deixado a presidência da Casa

PÁG. 5

Emanuel se diz 'plano B' ao governo

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), se colocou como "plano B" caso o senador Wellington Fagundes (PL) não queira ser candidato ao governo do Estado nas eleições deste ano. Ele afirmou que está pensando no assunto e que já conversou com sua família sobre essa possibilidade. A intenção é apresentar um nome que seja oposição à atual gestão e que contará com o apoio do presidente Jair Bolsonaro. Diante disso, Pinheiro pensa em dar um prazo para que Fagundes decida sobre seu futuro político

PÁG. 4

Christiano Antonucci/Secom-MT



Produtor de algodão vive bom momento

Com os 'caixas cheios', os produtores algodão em Mato Grosso estão tranquilos e ainda mais exigentes na pedida de preços pela pluma. Com uma valorização de quase 50% frente ao mesmo período do ano passado, o preço da arroba do algodão chegou a R\$ 225,82, cerca de R\$ 70 a mais. Entretanto, a situação parece ter chegado a uma 'sinuca', já que as indústrias estão com dificuldade de aumentar os preços dos produtos finais, que são vendidos no varejo, para acompanhar a disparada no preço da pluma

PÁG. 7

Estado e Assembleia debatem o peixamento

O governo do Estado e a Assembleia Legislativa tentam chegar a um consenso sobre o projeto de lei que cria o programa de peixamento na barragem da usina hidrelétrica do Manso. Foi realizada uma reunião da Comissão de Meio Ambiente que retomou a discussão da matéria. Foram combinados

uma série de ajustes na proposta, como a possibilidade de adoção de medidas alternativas. A Secretaria de Meio Ambiente discorda do peixamento e emitiu nota com recomendações para mudança no comportamento dos frequentadores do Manso

PÁG. 3

Homologação do concurso é suspensa

O concurso público para ingressar nas Forças de Segurança de Mato Grosso não será homologado até a conclusão das investigações sobre as denúncias de irregularidades na realização das provas. A decisão foi tomada em uma reunião entre representantes do Ministério Público Estadual (MP-MT), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública

PÁG. 6



Secom-MT

MT pode adotar câmeras nos uniformes da PM

PÁG. 4

ELEIÇÕES 2022

Partido encontra resistência entre a família do presidente devido a críticas do governador à condução do Governo Federal frente à pandemia

União tenta acordo com Fagundes

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares

O deputado estadual Eduardo Botelho revelou que o União Brasil tem mantido conversas com o Partido Liberal para formar uma frente ampla pela reeleição do governador Mauro Mendes, colocando em seu palanque o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em entrevista à TV Villa Real, Botelho afirmou que o grupo do presidente Jair Bolsonaro tem muita influência política em Mato Grosso. Por isso, ele defende uma aproximação com esse grupo, que ainda não tem um nome definido para

concorrer ao Executivo estadual.

“Uma das conversas que nós temos tido [...] é com esse grupo, porque é um grupo muito forte dentro do estado, ninguém nega. Quem nega a influência de Bolsonaro aqui dentro? Não tem como negar. Então, é muito importante nós conversarmos e tentarmos fazer todo o esforço para estarmos juntos”, disse Botelho.

A pretensão do União Brasil esbarra no desejo de Bolsonaro de ter um candidato próprio ao governo de Mato Grosso. O presidente tem feito pressão para que o senador Wellington Fagundes (PL) se lance ao cargo, mas Fagundes tem dito, reiteradamente, que prefere disputar a reeleição ao Senado Federal.

Familiares de Bolsonaro têm dito a seus interlocutores que preferem uma candidatura de oposição em



O deputado estadual Eduardo Botelho acredita que haverá uma composição entre o PL e o União Brasil

Mato Grosso, porque Mauro assinou algumas das cartas públicas em que governadores de todo o país faziam críticas à condução da pandemia pelo governo federal.

Mesmo assim, Botelho acredita que haverá uma composição entre o PL e o União Brasil. Ele aponta que as tratativas ainda estão em aberto e é possível acomodar os desejos

de todos para compor um grupo forte para as eleições deste ano.

“Ele [Mauro] poderá caminhar com Bolsonaro. Dependente dessas tratativas, das conversações, tudo é possível.

Não existe nada definido, nada fechado. Nós estamos trabalhando para construir um grupo forte para disputar o governo do Estado, o Senado, Câmara Federal e estadual”, concluiu Botelho.

TERMINA PRIMEIRO

Emanuel proíbe lançamento de obras sem 'zerar a fila'

Gilberto Leite

Da redação

O prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro (MDB) se reuniu com seu secretariado na semana e proibiu que lançassem novas obras até que sejam concluídas as que já estão em andamento.

O objetivo é evitar que obras não sejam concluídas ou que fiquem paralisadas. De acordo com o sistema Radar, do Tribunal de Contas do Estado, Cuiabá é a cidade de Mato Grosso onde se concentra o maior número de obras paralisadas, com total de 138.

“Todos os secretários no ritmo do prefeito querem lançar obras

e atender as demandas, o que é natural, só que o cobertor é curto, tudo tem limite. A minha determinação é: todos os secretários estão proibidos de lançar obras novas até que se entregue as obras já lançadas e encaminhadas”, disse.

Pinheiro comentou que pediu aos gestores que observem os projetos que estão em andamento, principalmente no cumprimento da previsão de entrega.

“Tenho muitas obras lançadas na Saúde, a prioridade é terminar, concluir e entregar. Na educação nós temos algumas escolas vários CMEIs [Centros Municipais

de Educação Infantil], então falei para a secretária Edilene que não lance nenhuma unidade nova. Vamos nos dedicar toda a nossa energia, todo nosso planejamento, todo nosso esforço, todo recurso disponível para investimento, vamos focar naquilo que foi lançado e só depois dessas obras encaminhadas para entrega ou entregues é que vou autorizar novas obras”, complementou.

O prefeito comentou que a regra não se aplica a grandes obras de mobilidade urbana, como a construção dos dois viadutos na Avenida Miguel Sutil.



Emanuel afirmou que novas obras só devem ser lançadas quando forem finalizados os projetos em andamento

PROGRAMA DE PEIXAMENTO

Governo e Assembleia buscam consenso sobre o Manso

Da redação

O governo do Estado e a Assembleia Legislativa tentam chegar a um consenso sobre o projeto de lei que cria o programa de peixamento na barragem da usina hidrelétrica do Manso.

A proposta causou uma discussão intensa nesta semana, entre o autor da proposta, Elizeu Nascimento (PL), e o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) e líder do Executivo, Dilmar Dal Bosco (União), após pe-

dido de vista que adiou a votação da proposição.

Na manhã desta quinta-feira (24) foi realizada uma reunião da Comissão de Meio Ambiente que retomou a discussão da matéria. O encontro contou com a presença da secretária de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, e começou com os ânimos alterados quando o deputado Elizeu disse que a Sema é contrária ao repovoamento de peixes no lago.

Elizeu ainda cobrou um posicionamento da secretária sobre o assunto, citando os relatos de banhistas atacados por piranhas. Para o parlamentar, a pasta deveria ter adotado alguma providência e cobrado que a empresa Furnas, responsável pela barragem, adote medidas para repovoamento de peixes na região.

A secretária Mauren Lazzaretti ressaltou que a Sema não é contrária à medida, mas defendeu estudo mais profunda-

do e alterações no projeto para que outras alternativas sejam adotadas.

“É óbvio que os ânimos estavam exaltados, o deputado estava exaltado, talvez até pelos acontecimentos de ontem. Ao final, a gente percebeu que talvez tenha havido de ambas as partes uma culpa recíproca”, disse a secretária, em entrevista à imprensa.

“Eu acho que aqui foi uma reunião muito produtiva em que as instituições mantêm o compromisso que o objetivo desta Casa de Leis e do Governo do Estado de Mato Grosso e da Secretaria de Meio Ambiente é produzir a legislação mais eficaz para sociedade”, complementou.

A secretária pediu ajustes no texto do projeto, entre elas a possibilidade de que novas alternativas possam ser aplicadas além do peixamento, como a transposição de peixes. Ela também ressaltou que

outras medidas devem ser adotadas para tentar solucionar a questão dos ataques de piranhas na Lagoa do Manso.

“Por mais que se possa fazer o peixamento, a questão dos ataques de piranhas também está associada à ocupação humana e à forma como a população vai ao Manso. Não é em qualquer lugar do Manso que a gente tem ataque de piranha, é onde as pessoas jogam comida. Ali você cria um ambiente. Inclusive, nós colocamos na reunião que a identificação desses locais é uma prioridade da Sema”, destacou.

Ao final da reunião, o autor da proposta disse que os Poderes chegaram a um denominador comum e que pequenos reparos no projeto serão feitos para que o texto possa ser aprovado.

“Sem a retirada da responsabilidade de Furnas em caso de suspensão de operação do licenciamento. Essa

parte não abrimos mão, foi citado isso na sessão plenária”, ressaltou.

EFICÁCIA CONTESTADA - Após a reunião, a Sema emitiu uma nota alegando que o peixamento no reservatório do Manso é uma medida “ineficaz contra a presença de piranhas no local, além de trazer riscos à fauna nativa e ao meio ambiente”.

De acordo com a pasta, especialistas relatam que a proliferação de piranhas no lago não se deu pela ausência de espécies predadoras, “mas pelas profundas mudanças no local após a implantação do reservatório e que propiciam a troca natural de espécies”.

Na nota, a Sema recomendou o uso de telas metálicas para cercar as áreas de banho e alertar aos seus usuários que não despejem restos de alimentos, para não atrair os animais, bem como não entrar na água com fermentos.

Gilberto Leite



Reunião terminou com consenso entre deputados e Sema para alterações no projeto do peixamento do Manso

ELEIÇÕES 2022

Prefeito afirma que pode ser candidato ao governo do Estado se o senador Wellington Fagundes não atender ao chamado de Bolsonaro

Emanuel se coloca como 'plano B'

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), se colocou como "plano B" caso o senador Wellington Fagundes (PL) não queira ser candidato ao governo do Estado nas eleições deste ano. Ele afirmou que está pensando no assunto e que já conversou com sua família sobre essa possibilidade. A intenção é apresentar um nome que seja oposição à atual gestão. As declarações foram feitas em entrevista à imprensa nesta segunda-feira, 21 de fevereiro.

"Estou pensando seriamente [candidatura ao governo]. É um absurdo ver o que está

acontecendo com o Estado hoje e não temos uma proposta alternativa, de um novo modelo de gestão para o Estado de Mato Grosso, um modelo de gestão de um líder que lidere, que tenha prazer em liderar, que respeite a sociedade, que seja humilde, que dialogue com todos", disse.

Pinheiro revelou que conversou sobre o assunto com o senador Wellington Fagundes durante o jogo do Flamengo e Atlético Mineiro na Supercopa, realizado no domingo (20) na Arena Pantanal, e pensa em dar um prazo para que ele decida sobre seu futuro político.

Em entrevistas recentes, Wellington tem reiterado sua pretensão em sair candidato à reeleição ao Senado Federal, pois considera que essa é uma ação 'natural'. Entretanto, o senador tem sido pressionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras lideranças políticas estaduais para se lançar candidato



Emanuel afirmou que pretende dar um prazo para Wellington se decidir, mas já tem o aval de sua família para disputar o governo

a governador pelo grupo de oposição ao atual governo.

"Cuiabá é minha prioridade, mas ele tem que tomar uma decisão. Estou pensando em

conversar com ele e dar um prazo até o dia 15, mais ou menos, porque ele tem que falar. Ele é consenso entre nós, ele agrega todas as forças e traz forças novas, além

dessa que ele trouxe agora do presidente Jair Bolsonaro, que é muito forte em Mato Grosso", disse.

Fagundes parece não ter a mesma pressa que

Emanuel para decidir sobre a candidatura ao governo. O senador tem afirmado que sua prioridade é construir a reeleição do presidente Bolsonaro e que os possíveis nomes para disputa majoritária só seriam escolhidos após o mês de março, quando se fecha a janela partidária.

O ex-deputado federal Nilson Leitão (PSDB) também entrou na lista do plano B, confirmou Emanuel. Recentemente, Fagundes revelou que o tucano está trabalhando junto à família Bolsonaro, em Brasília, para ser o candidato do presidente em Mato Grosso.

"No momento, o perfil ideal para representar essa nova alternativa, esse novo modelo de gestão que queremos discutir com a sociedade mato-grossense, é ele [Wellington]. Não vindo, pode ser Emanuel Pinheiro, pode ser Nilson Leitão, ou podemos construir outro nome que represente isso por Cuiabá e por Mato Grosso", concluiu.

Divulgação/Governo de SP



Em São Paulo, mortes em confrontos policiais caíram 85% após o uso de câmeras em uniformes e viaturas

EXEMPLO DE SP

Mato Grosso poderá adotar câmeras nos uniformes da PM

Da redação

Tramita na Assembleia Legislativa um projeto de lei que obriga a instalação de câmeras de vigilância no interior de viaturas e aeronaves e nos coletes e capacetes dos integrantes dos órgãos de Segurança Pública do Estado.

A proposta apresentada pelo deputado Wilson Santos (PSDB) estava na pauta da sessão ordinária de quarta-feira (23), mas a votação foi adiada para a próxima semana devido ao pedido de vista do deputado Elizeu Nascimento (PL).

De acordo com o projeto, o governo terá o prazo de um ano, após a publicação da lei, para instalação dos equipamentos que devem possuir boa resolução, ferramenta tipo zoom e opção de impressão.

A matéria cita que os aparelhos devem ser instalados nos veículos e fardamentos das Polícias Militar, Civil, Penal e Corpo de Bombeiros.

"[...] com o intuito de identificação dos in-

fratores ou da situação ocorrida, com sensibilidade à luz compatível com a iluminação do local, a fim de permitir a identificação fisionômica de pessoas ou situações presentes no sistema monitorado", diz trecho do documento.

As imagens capturadas pelas câmeras deverão ser preservadas em nuvem e não poderão ser apagadas. A proposta prevê penalidade para aqueles que utilizarem de forma irregular as imagens e sons armazenados pelas câmeras e quem descartá-las antes do prazo.

Na justificativa do projeto, o autor cita que a filmagem e gravação da ação policial visa resguardar o policial e comprovar a correta abordagem, preservando a ação e as provas nelas colhidas.

"Prática que já é realidade nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde há pelo menos dois benefícios: redução do nível de violência e apresentação dos fatos

reais sem edição", diz o deputado.

A fiscalização da Lei, caso aprovada, será de responsabilidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Ses-p-MT).

QUEDA NA LETALIDADE - Em São Paulo, onde os policiais usam câmeras nos uniformes e viaturas desde junho de 2021, foi percebida uma redução de 85% no número de mortes durante confrontos policiais. A comparação foi feita com base nos dados dos sete primeiros meses da medida - junho a dezembro - em relação ao mesmo período de 2020.

De acordo com dados divulgados pelo jornal Folha de S. Paulo, de 1º de junho a 31 de dezembro de 2021, houve 17 mortes decorrentes de intervenção policial nos 18 batalhões pioneiros na adoção da tecnologia. Já em 2020, foram 110 mortes em confronto no mesmo período. Em 2019, também no mesmo intervalo, a Corregedoria registrou 165 mortes - queda de 90%.

20 VOTOS

Câmara derruba veto a PL que cria 'extra' para agentes

Da redação

Com 20 votos, a Câmara de Cuiabá derrubou o veto do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) ao projeto de lei que autoriza o repasse de um incentivo financeiro adicional aos agentes comunitários de saúde e de endemias.

A votação aconteceu na sessão ordinária de terça-feira (22). Foram registradas 3 ausências e o vereador Adevaír Cabral (PTB), líder do governo municipal, se absteve.

O projeto de autoria do vereador Dilemário Alencar (Podemos) foi aprovado pelos parlamentares em dezembro do ano passado. A iniciativa autoriza o Executivo

municipal a transferir anualmente aos agentes um incentivo financeiro no valor de R\$ 1,5 mil. De acordo com o autor, a intenção é criar uma espécie de 14º salário para a categoria.

No veto, o prefeito cita que a proposta apresenta vício de inconstitucionalidade, por constar determinações que interferem de "maneira direta no âmbito da gestão administrativa", além de ser materialmente inviável.

Antes da votação, a presidente Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Sintrace), Dinorá Magalhães, destacou a importância do pagamento

do auxílio a categoria. Ela disse que os servidores arcam com os custos do uniforme, de Equipamento de Proteção Individual (EPIs) e materiais de trabalho.

"Se precisam de um lápis, compra, uma borracha compra, a prancheta ele compra, se ele quer trabalhar com tablet ele compra com o dinheiro dele. Uma camiseta está custando R\$ 40 a R\$ 45 e ele tem que desembolsar do salário dele para comprar, sendo que existe esse dinheiro", destacou.

Com a derrubada do veto, a proposta será promulgada pelo presidente da Câmara, vereador Juca do Guaraná Filho (MDB).

PROCESSOS SUSPENSOS

Acordo permite aposentar servidores não concursados

Da redação

A Justiça acolheu pedido do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e determinou a suspensão do andamento das ações civis públicas em trâmite nas Varas da Fazenda Pública da Capital e nas Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça que tratam de questionamentos relacionados à estabilização extraordinária de servidores públicos. Essa estabilidade excepcional foi concedida a pessoas que exerciam cargo em comissão há mais de cinco anos quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada.

Conforme a decisão, a suspensão dos processos, que também abrange as execuções das decisões judiciais já julgadas a respeito do assunto, deve ser man-

tida até a homologação de um acordo firmado nos autos de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira.

Nesta ADI, está sendo requerida a declaração de inconstitucionalidade do artigo 140-G da Constituição Estadual, acrescido pela Emenda Constitucional (EC) nº 98/2021. A norma possibilitou a inclusão dos servidores contemplados com a estabilidade extraordinária no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Efetivos.

Acordo - Em audiência de conciliação, por razões de segurança jurídica e de excepcional interesse social, as partes (Ministério Público Estadual e Estado) concordaram em preservar a permanência dos servidores com es-

tabilidade extraordinária no Regime Próprio de Previdência Social, desde que preenchidos os requisitos. A medida atinge grande número de pessoas que trabalham nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

O acordo estabelece que nos processos decorrentes de vício ou ilegalidade no ato de estabilização, em que for determinada a extinção do vínculo funcional, caso os servidores já estejam vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso, ou preencham os requisitos de aposentação, serão mantidos seus benefícios de proventos e respectivas pensões. Deverão, no entanto, ser excluídos destes pagamentos os direitos que são típicos dos servidores públicos efetivos.

DANÇA DAS CADEIRAS

Ministro aponta que a Corte tem reconhecido resultados de eleições já ocorridas, apesar de declarar inconstitucional a reeleição na Mesa Diretora

STF determina retorno de Botelho

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares e
Rafael Machado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o retorno imediato do deputado Eduardo Botelho (União Brasil) à presidência da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. A decisão, em caráter liminar, foi proferida nesta quarta-feira, 23 de fevereiro. O processo ainda será julgado no Plenário Virtual do STF, com início previsto para esta sexta-feira (25).

“REVOGO A DECISÃO CAUTELAR proferida nos presentes autos (doc. 33) e restauro a eficácia da eleição realizada pela Assembleia Legislativa na Sessão Ordinária de 10/6/2020, para composição da Mesa Diretora no biênio 2021-2022, com a consequente RE-

CONDUÇÃO IMEDIATA de seus membros aos cargos antes ocupados, até o julgamento final da presente Ação Direta”, diz trecho da decisão.

A decisão foi tomada no bojo de um processo que questiona dispositivos da Constituição Estadual que permitiam a reeleição dos membros da Mesa Diretora da Assembleia para mandatos consecutivos. O STF considera que essa permissão é inconstitucional por simetria, já que a Constituição proíbe a reeleição consecutiva para a Câmara e o Senado Federal.

Em fevereiro de 2021, o próprio Alexandre de Moraes determinou o afastamento de Botelho da presidência da AL, além de ordenar a realização de uma nova eleição para os membros da Mesa Diretora. À época, o STF julgava vários casos similares de deputados estaduais que haviam sido reconduzidos para o cargo de presidente, como é o caso de Jalser Renier (SD), presidente da Assembleia Legislativa de Roraima.

Entretanto, ao analisar o mérito dessas ações, o STF adotou uma



Decisão do STF reconhece inconstitucionalidade da reeleição, mas mantém eleição que reconduziu Botelho à presidência

postura de permitir que as reeleições confirmadas em até um ano após a publicação do primeiro acórdão continuariam valendo. O primeiro caso a transitar em julgado foi a ADI 6524, que contestava a reeleição de membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, cujo acórdão foi publicado em 6 de abril de 2021. Assim, todas as

reeleições confirmadas até abril de 2022 continuam valendo.

“No entanto, o Plenário também firmou a compreensão majoritária de que os efeitos dessa mudança de jurisprudência não seriam imediatamente aplicáveis à eleições para as Mesas Diretoras ocorridas em até um ano após a publica-

ção do acórdão da ADI 6524, primeiro julgado da CORTE em que sinalizado a nova interpretação sobre os requisitos de elegibilidade para os cargos em questão”, explica Moraes.

A decisão do STF vem exatamente um ano após a Assembleia Legislativa eleger o deputado estadual Max Russi (PSB) para presidência.

Ele era o primeiro secretário da chapa de Botelho, que havia sido anulada, e apenas ‘inverteu os cargos’. Apesar de ter ocorrido no dia seguinte ao afastamento de Botelho, a eleição de Max foi uma decisão tomada em consenso pelos deputados estaduais, antes mesmo de Moraes emitir a primeira decisão liminar.

Russi vê decisão como ‘natural’ e lista conquistas de sua gestão

Da redação

O deputado Max Russi (PSB) encarou com naturalidade a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou sua imediata recondução ao comando da Primeira Secretaria da Assembleia Legislativa. O parlamentar definiu o período de um ano, frente dos trabalhos da Presidência da Casa de Leis, como marcante e recompensador.

“A vida é feita de experiências e estar à frente da Presidência da ALMT, por um ano, foi uma das mais marcantes e recompensadoras. Pudemos fazer muito

pelo nosso Estado e população, que sempre foi o que me levou a ser deputado. Saio hoje com a sensação de dever cumprido e grato pela oportunidade”, declarou.

Russi destacou que, sob seu comando, o Legislativo consolidou ações importantes, como a devolução de R\$ 50 milhões do duodécimo, a aplicação de R\$ 10 milhões no programa de distribuição de renda Ser Família e a aprovação da redução de impostos para 2022.

Ressaltou ainda a articulação para abertura de mais 5 postos de vacinação em polos importantes do estado, sendo

3 na Baixada Cuiabana, um em Rondonópolis e um em Tangará da Serra. Levantamento aponta que mais de 594 mil foram vacinadas nestes postos.

“Assumo novamente como Primeiro Secretário fazendo aquilo que fizemos tão bem nas últimas gestões, cuidar do melhor uso do dinheiro público e trazer economia para a Casa. E quero que todos tenham a certeza de que é só o começo de uma caminhada rumo a um futuro com muito mais qualidade de vida para todos os honrados cidadãos de Mato Grosso”, concluiu.



Russi diz que experiência no comando da Assembleia foi ‘recompensadora’ e ‘marcante’

CPI DO LEITE

Assembleia Legislativa vai investigar produção de leite

Gilberto Leite



Autor da proposta, Cattani quer buscar soluções para crise no setor de laticínios

Da redação

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa acatou ao requerimento do deputado estadual Gilberto Cattani (União) e determinou a criação da ‘CPI do Leite’, Comissão Parlamentar de Inquérito que irá para investigar possíveis infrações de ordem econômica na cadeia produtiva do leite e seus derivados no Estado de Mato Grosso.

A determinação da constituição da CPI foi publicada no Diário Oficial Eletrônico (DOE) da Assembleia Legislativa, por meio do Ato nº 002/2022, publicado na quarta-feira (23).

Cattani deve ser nomeado como presidente da CPI por ser o autor da proposição, como cons-

ta no Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Os membros que vão compor a comissão serão confirmados no prazo de cinco dias, conforme o ato.

A CPI terá um prazo de 180, prorrogáveis nos termos do art. 5º, § 2º, da Lei Federal nº 1.579, de 18 de março de 1952.

De acordo com Cattani, a investigação apontará soluções para as dificuldades que vive o produtor de leite.

“O leite é o único produto em que o produtor não sabe por quantos ele está vendendo. O produtor tira leite por 30 dias e entrega para a indústria. Ele recebe então 20 dias depois, mas não sabe quanto ele vai receber, pois é a indústria que decide quanto irá pagar.

O valor quase sempre é inferior ao custo da produção do leite e isso acontece desde sempre. São raras as vezes que cobre o custo”, afirmou o parlamentar.

“Como é possível que não exista uma concorrência entre esta ou aquela indústria de processamento de leite. Isso não acontece somente em Mato Grosso, mas em todo Brasil. Vamos investigar um possível monopólio ou oligopólio, uma possível inserção de leite em pó que sabemos que vem do Uruguai, que é reidratado e que tem entrado no mercado brasileiro para justamente controlar o preço”, explicou.

O requerimento para a abertura da CPI foi lido em Plenário na ses-

ção do último dia 9 de fevereiro, ocasião, em que Cattani conseguiu coletar a assinatura de 20 deputados.

O parlamentar também afirmou que tem um acordo com deputados estaduais de outros estados para que apresentem a mesma proposta de criação de CPI para fortalecer nacionalmente os pequenos e médios produtores de leite.

“Temos um acordo com o deputado estadual Amauri Ribeiro, de Goiás, com o deputado Bruno Engler, de Minas Gerais, e estamos em conversa com a Assembleia de Rondônia para que possa ser feita esta luta nos quatro estados para que isso chegue ao Ministério da Agricultura”, concluiu.

CAOS NAS PROVAS

Com mais de 100 denúncias de supostas irregularidades nas provas da Segurança Pública, órgão dedicou três promotorias para a investigação

MP cria 'força-tarefa' do concurso

Divulgação/Secom-MT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares

O concurso público para ingressar nas Forças de Segurança de Mato Grosso não será homologado até a conclusão das investigações sobre as denúncias de irregularidades na realização das provas. A decisão foi tomada na quinta-feira (24), em uma reunião entre representantes do Ministério Público Estadual (MP-MT), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Durante a reunião de quinta, a SESP disponibilizou todas as informações solicitadas pelo MPMT. Também colocou a área de Inteligência à disposição para eventual apoio às investigações.

"O que ficou acordado foi a suspensão da homologação final do concurso até que todas as denúncias sejam apuradas. O cronograma do certame está mantido e

seguirá normalmente. As investigações devem ser concluídas antes da data prevista para homologação", ressaltou o Ministério Público.

As provas do concurso foram realizadas no último domingo (20), com mais de 66 mil pessoas inscritas para os cargos em sete carreiras da Segurança Pública. O certame foi alvo de centenas de denúncias. Só o MP confirmou ter recebido mais de 100 denúncias, enquanto deputados estaduais relataram terem recebido outras 300 denúncias de irregularidades.

Diante da alta demanda, o Ministério Público criou na quarta-feira (23) uma força-tarefa com três promotorias de Justiça da Capital, que atuam nas áreas do Patrimônio Público, Cidadania e Segurança Pública.

'ERROS PONTUAIS' - Responsável pela realização do concurso público, a UFMT afirmou na quarta-feira (23), por meio de nota, que foram identificados "problemas pontuais" na aplicação da prova, mas que não houve "prejuízo ao processo".

"[...] houve de fato ocorrências pontuais, mas sem intercorrências durante a aplicação



Com mais de 66 mil inscritos, concurso da Sesp é alvo de 'enxurrada' de denúncias e está sob investigação

das provas que fugissem do habitual em concursos públicos de grande relevância. A organizadora do certame assegurou os princípios fundamentais de lisura para a realização do Concurso Público, em especial, o tratamento isonômico aos candidatos", diz trecho da nota.

AL MONITORA - O presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), disse que as denúncias recebidas pelos deputados já foram

encaminhadas ao Ministério Público. Ele defendeu que, caso sejam comprovadas as irregularidades, o certame seja cancelado.

Russi destacou que os deputados irão acompanhar de perto a apuração dos fatos, para garantir a lisura de todo o processo.

"São muitas pessoas que geraram expectativa, que têm o sonho de entrar para o serviço público e prestar serviço para a sociedade. Se

existir alguma irregularidade, tem que voltar a ter outra prova para dar condição novamente a essas pessoas", complementou.

AS DENÚNCIAS - Entre os supostos erros que foram informados está a divulgação do caderno de questões do cargo de soldado da Polícia Militar antes da realização da prova, ausência de detectores de metal, celular vibrando em sala de aula, pessoas que fi-

zeram selfies no local da prova, entre outras informações.

No domingo, quatro pessoas foram presas em flagrante por suspeita de tentar fraudar a prova do concurso. O fato aconteceu em Cáceres. Segundo a Polícia Civil, as prisões ocorreram após investigação para apurar uma denúncia de que um candidato teria contratado uma pessoa para fazer a prova em seu lugar.

ALTO RISCO

Com mais de 300 casos de dengue, cidade de Mato Grosso acende alerta epidemiológico

Da redação

A Secretaria Municipal de Saúde e o Escritório Regional de Saúde de Barra do Garças divulgaram dados do monitoramento regional dos casos suspeitos de arboviroses urbanas (dengue, zika e chikungunya), que apontam a classificação de risco dos municípios da região.

As informações revelam que Barra do Garças registrou 336 casos de dengue nas seis primeiras semanas do ano, classificando o município como de alta incidência. Esse crescimento tem contribuído para a sobrecarga dos atendimentos nas Unidades de Saúde, especialmente na Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Diante dos dados divulgados, a Prefeitura Municipal solicita que a população colabore no combate à dengue. O prefeito Adilson Gonçalves (PSD) informou que a Vigilância Ambiental e a Vigilância Sanitária

estão empenhadas no combate à dengue, notificando e fiscalizando terrenos baldios e em imóveis comerciais e residenciais, com o objetivo de conscientizar a população e reduzir o crescimento de casos de dengue

"Uma outra ação que contribui nessa luta é o mutirão de limpeza, que tem recolhido entulhos e acabado com possíveis focos de reprodução do mosquito transmissor da dengue", completou.

Os dados divulgados pelos órgãos de saúde mostram ainda que municípios vizinhos, como Pontal do Araguaia, Araguaiana e Novo São Joaquim, apresentam alto risco epidemiológico, enquanto Barra do Garças e Nova Xavantina se encontram com risco moderado. Diferente da tabela de incidência de casos, a tabela de risco leva em consideração os dados processados no cenário recente, que são as quatro últimas semanas.

A coordenadora de vigilância epidemiológica de Barra do Garças, Dora Dantas, alerta que embora os dados disponíveis mostrem o município em classificação moderada, a Secretaria de Saúde tem indícios de que essa classificação já atingiu o alto risco. Dora explicou que existe possibilidade de que a próxima atualização eleve o grau de risco da cidade.

Outra informação que se destaca nos documentos apresentados é que o município de Barra do Garças é o que notificou o maior número de casos suspeitos de dengue (com 176 casos) e o maior número recente de casos de dengue com sinais de alarme (18), isto é, sintomas que podem representar gravidade, queda abrupta de pressão arterial, diminuição brusca de plaquetas na corrente sanguínea e mudança repentina da temperatura do corpo.

De acordo com o secretário de Saúde, Adilson Tavares, a prefeitura tem buscado alternativas de atuação junto à sociedade para promover o combate à dengue. "Nós temos somado forças com os órgãos competentes e com a sociedade para prevenir o aumento dos casos e impedir que Barra do Garças atinja a classificação de alto risco para dengue", afirmou o secretário.

"LIBERDADE INDIVIDUAL"

Emanuel decide que não vai liberar vacinação de crianças nas escolas

Da redação

A vacinação compulsória de crianças contra a covid-19 não deve ser realizada nas escolas de Cuiabá. O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) preferiu não adotar a medida e defendeu a autonomia dos pais ou responsáveis pela decisão de seus filhos serem vacinados ou não.

"Não quis adotar essa medida que, também vi que foi feita no Rio e em outros lugares no interior também, por conta do meu respeito sagrado pela liberdade, pelo direito à privacidade e à liberdade, principalmente, à autonomia e poder

de decisão dos pais ou responsáveis" disse o prefeito.

Emanuel destacou que a decisão sobre a vacinação compete aos responsáveis e que, por isso, não deve tornar o ambiente escolar em ponto de vacinação.

"A criança de 5 a 11 anos não tem capacidade de decisão própria, ela é dependente dos pais ou dos responsáveis e eu não posso abrir o 'liberou geral' em toda a cidade e acabar oportunizando que crianças venham ser vacinadas por pessoas estranhas que não sejam autorizadas pelos pais ou responsáveis", comentou.

As vacinações nas escolas estão sendo adotadas em alguns municípios do país com objetivo de ampliar a vacinação de crianças e adolescentes contra a covid-19. Na última semana, o Rio de Janeiro começou a imunização do público na rede municipal de ensino.

A vacina só é aplicada na criança com autorização dos pais ou responsáveis.

Em Cuiabá, a imunização começou no dia 20 de janeiro. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, mais de 12 mil crianças de 5 a 11 anos foram vacinadas, o que representa 20% da população dessa faixa etária que reside na capital.

FERIADO

Rondonópolis decide adiar início da vacinação de crianças em escolas

Gabriel Soares

A Prefeitura de Rondonópolis decidiu adiar o início da vacinação de crianças contra covid-19 nas escolas, que estava prevista para começar nesta quarta-feira, 23 de fevereiro. Só serão vacinadas crianças que tiverem autorização dos pais e/ou responsáveis. A Prefeitura enviou um documento à casa dos alunos.

A decisão foi tomada devido à proximidade do feriado do Dia do Comércio, que será comemorado na próxima segunda-feira, dia 28,

que também é o primeiro dia de Carnaval. Uma nova data para início da vacinação das crianças nas escolas será anunciada em breve pela Prefeitura.

As primeiras doses de vacina seriam destinadas à Escola Municipal de Educação Básica Celso Antônio de Carvalho. Também estava previsto a vacinação das crianças que frequentam o CMEI Maria Amélia de Araújo, no Bairro Dom Bosco, o CMEI Professor Giovanni Gomes Moreira, no Jardim na Ana Karla II, e a Escola Municipal Bernardo Venâncio de

Carvalho no Jardim Liberdade.

A Prefeitura deverá entregar ao Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) e ao Conselho Tutelar uma lista com a relação de famílias que optarem por não vacinar as crianças. Não cabe à Prefeitura estipular qualquer punição.

A disponibilização de vacinas contra covid-19 nas escolas é uma forma de facilitar o acesso ao imunizante, já que o horário de vacinação nos postos de saúde é o mesmo horário em que os pais costumam estar no trabalho.]

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR

OURO BRANCO

Além de encontrarem preços melhores, produtores da pluma estão capitalizados e sofrem menos com alta dos custos de produção, diz Imea

Algodão tem valorização de 50%

Daniel Fagundes/Trilux

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

zados neste momento", diz trecho do boletim do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), de segunda-feira (21).

Entretanto, a situação parece ter chegado a uma 'sinuca', já que as indústrias estão com dificuldade de aumentar os preços dos produtos finais, que são vendidos no varejo, para acompanhar a disparada no preço da pluma. A tendência, afirma o Imea, é que as indústrias vão continuar a trabalhar com os produtos que estão no estoque e, somente após o fim, vão voltar a fazer aquisição das matérias-primas.

O óleo de algodão, por exemplo, apresentou aumento de quase 2% frente à semana passada, pois as indústrias já estão com os estoques apertados.

Ao contrário dos produtores de soja e milho, os produtores de algodão também estão sofrendo menos com a alta dos insumos. O aumento no custo de produção em relação à safra passada foi de apenas 14%. Já os produtores de soja en-



Preço do algodão acumula alta de quase 50% em comparação com o ano passado, cotado a R\$ 225,82 a arroba

Da redação

Com os 'caixas cheios', os produtores algodão em Mato Grosso estão tranquilos e ainda mais exigentes na demanda de preços pela pluma. Com uma valorização de quase 50% frente ao mesmo período do ano passado, o preço da arroba do algodão chegou a R\$ 225,82, cerca de R\$ 70 a mais. Em contrapartida, houve redução de quase 1% em relação aos preços praticados na semana passada.

"O valor médio da pluma para o estado fechou a R\$ 225,82/@, avanço de 48,94% ante a média semanal do mesmo período do ano passado. Os produtores de MT têm se mantido firmes na demanda pelo preço da pluma, visto que, estão capitali-

frentam um aumento de custos de produção na faixa de 34%.

O Imea também aponta que a semeadura do algodão está em 98,71%, alcançando 110 milhões de hectares de área plantada. A estimativa de produção por hectare é de 290,90 arrobas e a estimativa de

produção total deve ser de mais de 4,81 milhões de toneladas de algodão. Já a comercialização da safra 2021/2022 está em torno de 63%.

SOJA - O boletim da soja, que também é divulgado na mesma data dos boletins do algodão e milho, aponta que os produtores mato-gros-

senses já colheram 67,75% do total da área, 33 pontos percentuais acima da safra passada e 8 pontos percentuais a mais da média dos últimos 5 anos, mostrando que a colheita está bastante avançada.

O ponto de atenção dos produtores é em relação ao volume de chu-

vas, que tem provocado umidade nas lavouras e prejudicado a qualidade dos grãos. As previsões do TempoCampo, para os próximos 30 dias é de precipitação de 200 a 300 milímetros, em grande parte do estado. O Imea alerta que, se comprovar a previsão, poderá causar perdas nas lavouras.



Assessoria

Comitiva de MT visitou porto em Dubai em busca de parcerias para facilitar a exportação para o Oriente Médio

LOGÍSTICA DAS ARÁBIAS

Mato Grosso articula 'conexão' em Dubai para exportações

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) esteve na terça-feira (22) no Porto de Jebel Ali, na Zona Franca de Jafza, em Dubai, conhecendo soluções de logística que podem oportunizar a ampliação do comércio dos produtos do Estado com o mundo.

Na avaliação do governador, o porto e a zona franca de Jafza, são um importante hub para os países da África, Emirados Árabes Unidos e Oriente Médio.

"São inúmeras possibilidades que podem alavancar a produção do Estado e ampliar os negócios, tanto para a indústria, como para o agronegócio. Quando se abre mercados, de forma direta você movimentada toda uma cadeia econômica, gerando emprego e renda", destacou ele.

Durante a visita, que foi guiada pelo Grupo DP World, empresa global, com sede em Dubai, responsável pela operacionalização do porto, a comitiva do governador conheceu toda a estrutura interna, desde o manu-

seio dos contêineres até o processo de importação e exportação.

"O Porto oferece uma boa alternativa para as empresas brasileiras. Aqui, por exemplo, temos uma refinaria de açúcar que importa o produto do Brasil, que é uma das maiores refinarias do mundo", explicou Anders Kron, gerente de negócios da DP World.

Para Silvio Rangel, vice-presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso, a estrutura impressiona pela organização e agilidade. "É uma alternativa que se abre para a nossa indústria, principalmente porque boa parte do que se consome aqui nos Emirados é importado. É uma abertura de mercado com soluções inovadoras", avaliou.

Já o presidente da Aprosoja, Fernando Cado-re, destacou que pode ser uma ótima opção de negócio para os produtores que exportam a partir do porto de Santos, no Brasil, pela sua conexão com Dubai.

"A logística pode ser facilitada, quando se tem como foco os países do oriente médio, África e os

Emirados, já que a infraestrutura facilita a entrada nesses países dos nossos produtos", ressaltou.

Na oportunidade, o governador e comitiva conheceram o Centro de Distribuição Multicommodities (DMCC), criado pelo Governo de Dubai para fornecer a infraestrutura física, de mercado e financeira necessária para estabelecer um centro para o comércio global de commodities.

GRUPO DP WORLD - Uma das principais empresas globais com foco no transporte internacional de cargas. Presente em todos os países o grupo atua no ciclo completo da carga nas operações de importação e exportação.

No Brasil, a principal subsidiária é a DP World Santos, terminal portuário instalado na margem esquerda do Porto de Santos. O empreendimento conta com capacidade de movimentação anual de 1,2 milhões de TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) e 3,6 milhões de toneladas de celulose, gerando 1.200 empregos diretos e 5.000 indiretos.

EM DUBAI

MT comprova produção sustentável

Da redação

O governador Mauro Mendes defendeu em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, a posição de Mato Grosso no mundo, como o lugar que mais produz e preserva o meio ambiente e que tem uma das metas mais "audaciosas" para carbono neutro.

O pronunciamento foi feito durante a Agritalks, evento organizado pela Apex Brasil, na manhã de quarta-feira (23), que contou com a presença de empresários e autoridades dos Emirados Árabes Unidos e países vizinhos, além de representantes do Governo Federal, em que se discutiu a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável.

"Somos o maior produtor brasileiro e com grande capacidade de crescimento. Em 10 anos seremos sozinhos o quarto maior produtor mundial de alimento, e o mais importante é que esse posicionamento está sendo feito de maneira muito sustentável. Para se ter uma ideia, o nosso estado é a região do planeta que mais produz alimento e preserva o meio ambiente", afirmou o governador, ponderando que o mundo precisa conhecer a realidade do Estado, que é totalmente diferente das "manchetes negativas" que se espalham entre os países.

"Nós traçamos uma meta de carbono zero muito objetiva para o ano de 2035, 15 anos abaixo da meta global, que é de 2050. Mas isso só será

possível, porque já implementamos as ações necessárias para atingir esse objetivo. Fiscalizamos as nossas florestas e investimentos recursos próprios, porque sabemos da importância disso para o mundo", reforçou.

O governador ainda convidou todos os presentes para "visitarem Mato Grosso, irem além dos números e conhecerem a verdade sobre a capacidade econômica e ecológica que o Estado tem".

"Vocês são nossos convidados para ver de perto a nossa realidade. O que nossos produtores construíram ao longo de todo esse tempo comprova o nosso compromisso com a segurança alimentar do mundo e a preservação do meio ambiente", convidou.

ESPELHOS DEIXAM O AMBIENTE MAIS elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!
(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidros.com.br

EFEITO GLOBAL

Da gasolina ao pão francês, ataque da Rússia à Ucrânia causará impactos em todos os setores da economia, pressionando ainda mais a inflação

Guerra deve afetar preços no Brasil

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Consequências nocivas à economia brasileira e mato-grossense são esperadas após a invasão da Rússia à Ucrânia, que teve início na noite dessa quarta-feira (23). A dimensão dos impactos ainda é incerta, mas a expectativa é que devam se estender ao longo dos próximos meses. A avaliação do economista Vivaldo Lopes é que o primeiro impacto será nos preços do gás, gasolina e diesel, que vão aumentar, disseminando a carestia por outros setores da economia.

Na noite de quarta, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, anunciou uma ação militar no leste da Ucrânia, onde estão as regiões separatistas. No entanto, explosões foram registradas próximas à capital Kiev e em todo o território ucraniano, o que deixou claro que sua intenção é uma invasão total.

Como consequência inicial, o preço do barril do petróleo Brent iniciou o dia sendo negociado acima dos 100 dólares e

chegou a bater 105 dólares. Isso deve pressionar os preços dos combustíveis em todo o mundo. É importante frisar também que a Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom) já havia antecipado um aumento nos preços dos combustíveis, pois o preço do petróleo estava defasado em cerca de 10% em relação ao mercado internacional. À época, o barril era negociado por menos de 90 dólares.

“A Rússia é o segundo maior exportador de petróleo do planeta. Naturalmente, com os embargos comerciais, vai deixar de ser comprado pela Europa, mas vai continuar a ser comprado pela China e alguns países. Portanto, a consequência mais imediata é o aumento dos combustíveis aqui no Brasil, do gás, do diesel e da gasolina”, afirma Vivaldo.

Outro impacto é o ‘balde de água fria’ na equipe econômica do governo federal, que trava uma batalha contra a inflação de preços. Como consequência dos aumentos dos combustíveis, também ocorrerá aumento de custos dos transportes de mercadorias, transporte coletivo e aéreo. O impacto nos números da inflação deve começar a ser sentido no próximo mês.

“Em março poderia estar começando a cair o índice de inflação, mas pode voltar a subir



Economista aponta que impactos da guerra devem começar no preço dos combustíveis, mas se espalharão nas prateleiras dos mercados

e piorar muito a situação”, afirma Vivaldo.

Os agricultores também devem sentir os efeitos, pois Rússia, Ucrânia e Bielorrússia são grandes exportadoras de fertilizantes. No ano passado, o Brasil importou 42 milhões de toneladas de fertilizantes, sendo que mais de 15 milhões vieram desses três países. Caso se confirme a dificuldade para aquisição de fertilizantes, o custo de produção da próxima safra deve aumentar ainda mais, acima dos quase 50% já registrados atualmente.

“Esses fertilizantes não virão desses países mais, vai ter que comprar no Canadá, no Irã, na China. Portanto, vai encarecer, porque vai faltar insumos no mercado. Esse efeito vai aparecer na safra de 2023, a safra de 2022 já está plantada e sendo colhida”, explica.

Por outro lado, esses países também são potências exportadoras de milho. Por isso, os embargos comerciais à Rússia e, possivelmente, seus aliados, vão diminuir as vendas e reduzir a oferta de alimentos ao mundo, abrindo novos mercados

para o Brasil e forçando a valorização do preço das commodities.

PÃO MAIS CARO - Outro produto exportado pela Rússia e a Ucrânia é o trigo, que é comprado até mesmo pelo Brasil. Isso pode impactar nos preços de todos os derivados da matéria-prima, inclusive o tradicional pão francês nas mesas das famílias brasileiras. “A Ucrânia e Rússia são grandes fornecedores de trigo para o mundo todo”, afirma Vivaldo.

Vivaldo acredita que os impactos na economia devem perdurar por pelo menos um ano,

causando aumento de preços, fuga de capitais do mercado financeiro por parte de alguns países e falta de insumos para o agronegócio.

“Foi anunciado pelo governo federal, por meio do Ministério da Agricultura, que uma empresa russa comprou recentemente uma fábrica de fertilizantes em Três Lagoas (MS). Estava em fase de concretização, era quase R\$ 3 bilhões que entrariam, que já não vai entrar por conta dos embargos, portanto vai ter consequência no mundo financeiro”, afirma.

BIOCOMBUSTÍVEL

Preço do etanol volta a ser vantajoso em Mato Grosso

Gilberto Leite

Da redação

A relação de preço entre o etanol e a gasolina já é inferior a 70% em Mato Grosso. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a média de preço do estado fica abaixo de R\$ 4,50, sendo que em Cuiabá há postos com valores inferiores a 4,10.

“Desde dezembro, iniciamos um movimento de queda gradativa dos preços do etanol em proporção superior à da apresentada pela gasolina, esse movimento pode gerar alta na demanda para

etanol e as estimativas são de estabilidade”, é o que aponta a diretora executiva do Sindicato das Indústrias de Bioenergia de Mato Grosso (Sindalcool-MT), Lhais Sparvoli.

No segundo semestre do ano passado, a alta nos preços do barril de petróleo e problemas climáticos no Brasil influenciaram negativamente na oferta de etanol, e nos preços dos combustíveis no Brasil, ocasionando um aumento no consumo da gasolina.

Com a redução da demanda e a manutenção da oferta, os preços passaram a apresentar

queda e voltaram a ser competitivos. Em Mato Grosso, que diferente de outros estados tem o milho como principal fonte de produção do etanol, a alíquota do ICMS é outro fator que garante o valor diferenciado.

“A alíquota do ICMS em Mato Grosso é de 12,5%, a menor do país. Este é um aspecto significativo na formação de preços no estado”, explica Sílvio Rangel, presidente do Sindalcool-MT e vice-presidente da Fiemt.

O biocombustível com origem no milho representa atualmente mais de 60% da pro-

dução do estado e tem gerado uma estabilidade na oferta do produto. Isto porque o cereal pode ser armazenado por um período maior. Sendo assim, as unidades produtoras de etanol de milho têm a capacidade de manutenção do fornecimento por todo o ano, trazendo para o estado os melhores preços do país.

Os critérios consideram que o etanol de cana ou de milho, por ter menor poder calorífico, tenha um preço limite de 70% do derivado de petróleo nos postos para ser considerado vantajoso.



Abastecer com álcool voltou a ser mais vantajoso pela primeira vez desde o segundo semestre de 2021

‘REINDUSTRIALIZAÇÃO’

Guedes quer reduzir IPI para aquecer indústria

Agência Brasil

O governo federal estuda reduzir em até 25% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributo federal que incide sobre os artigos industrializados, nacionais ou importados, à venda no país.

Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, a intenção é estimular a atividade econômica, diminuindo custos que o setor produtivo acaba por repassar ao consumidor final.

“Vamos reindustrializar o país”, afirmou

Guedes ao participar, na última terça (22), em São Paulo, de evento promovido pelo banco BTG Pactual. “Estamos preparando um movimento com o apoio do presidente da Câmara [o deputado Arthur Lira (PP-AL)]; do ministro da Casa Civil [Ciro Nogueira] e, principalmente, do presidente da República [Jair Bolsonaro]”, acrescentou o ministro ao voltar a defender a importância de uma redução dos impostos cobrados no Brasil.

“Veja que a agricultura está voando porque

ela não tem o imposto sobre produto agrícola, o IPA. Agora, a indústria brasileira está sofrendo, nas últimas três, quatro décadas, impostos altos, juros altos e encargos trabalhistas excessivos. Temos que atacar essas três questões, e vamos fazer um primeiro movimento agora, reduzindo 25% do IPI. É um movimento de reindustrialização do Brasil”, declarou.

“Já que a arrecadação [com impostos] subiu fortemente, temos esses recursos que vamos investir na Reforma Tri-

butária que empacou no Senado, o [Poder] Executivo pode dizer que o excesso de arrecadação não é para inchar a máquina [pública] de novo e que preferimos transferir este ganho de arrecadação na forma de redução de impostos para milhões de brasileiros, para todo mundo”, justificou o ministro, garantindo que a medida vai ser encaminhada junto com outras propostas do governo.

FGTS - Ainda durante o evento, Guedes voltou a defender a possibilidade de trabalhadores

endividados sacarem parte dos seus recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para saldar compromissos. Segundo o ministro, a medida é uma das que o governo pode propor “daqui até o fim do ano para ajudar a economia a crescer”.

“Podemos mobilizar recursos do FGTS porque são fundos privados; pessoas que têm recursos lá e que estão passando dificuldades. As vezes, o cara está devendo dinheiro no banco e é credor no fundo, mas não pode sacar [o

dinheiro] e liquidar sua dívida”, explicou.

PRIVATIZAÇÕES - O ministro da Economia também defendeu que parte dos recursos financeiros obtidos com a venda de empresas estatais e concessões de serviços públicos passe a ser destinada a mecanismos de combate à desigualdade, como o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Para ele, a medida contribuiria para fortalecer o apoio popular às privatizações, servindo como um “incentivo para a classe política acelerar as privatizações”.